



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO Nº: 593 /2013

32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM: 24.04.2013

PROCESSO Nº 1/2430/2009 – AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2/200905301

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: BOMFIM CARGAS E ENCOMENDAS

AUTUANTES: JOÃO AURÍCIO DE LAVOR

RELATOR: CONS. ABÍLIO FRANCISCO DE LIMA

**EMENTA: ICMS – TRÂNSITO DE MERCADORIAS. 1 –**

Nota fiscal considerada inidônea por conter preço diferente do indicado para o produto em outra operação realizada pelo mesmo emitente. **2 –** Apontada infringência aos artigos 16, I, "b"; 21, II, "c"; 28; 131; e 169, I, do Decreto nº. 24.569/97, com imposição da penalidade preceituada no Art. 123, III, "a" da Lei nº. 12.670/96, alterado pela Lei nº. 13.418/03. **3 –** O fato de o documento fiscal indicar preço divergente daquele que a empresa praticou em outra operação, por si só, não caracteriza "*declaração inexata*", nos termos do Art. 131, III, do RICMS/CE. **4 –** A expressão "*declarações inexatas*" diz respeito a uma divergência essencial entre a operação tal como ocorreu, e a sua descrição formal no documento fiscal que a acoberta. **5 –** Infração não comprovada. **6 –** Recurso oficial conhecido e não-provido. **7 –** Confirmada a decisão recorrida, pela **IMPROCEDÊNCIA** da acusação fiscal. **8 –** Decisão por unanimidade de votos, em conformidade com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

**01 – RELATÓRIO**



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

A peça inicial acusa a empresa autuada de infringir a legislação tributária estadual, conforme narrativa transcrita a seguir:

*"TRANSPORTE DE MERCADORIA ACOBERTADA POR DOCUMENTOS FISCAIS INIDÔNEOS, CTCR:71505/N.F. 012131. EMIT.: TRINEXCO LTDA (PB)/DEST.: SOB MEDIDA COM. DE TEC. E IND. DE CONF. LTDA (06.364189-5). O DOC. FOI CONSIDERADO INIDÔNEO P/ CONTER DECLARAÇÕES INEXATAS QTO AO VALOR DOS PRODUTOS, POIS EM COMPARAÇÃO C/ N.F. 012123 EMTIDA P/ MESMO EMITENTE E SE TRATANDO DO MESMO PRODUTO CONSTATA-SE A DIFERENÇA DE 100% NO VALOR DESTES. CÓPIA ANEXA."*

Foram apontados como infringidos os artigos 16, I, "b"; 21, II, "c"; 28; 131; e 169, I, do Decreto nº. 24.569/97, com imposição da penalidade preceituada no Art. 123, III, "a" da Lei nº. 12.670/96, alterado pela Lei nº. 13.418/03.

O lançamento resultou na exigência do seguinte crédito tributário:

Demonstrativo do Crédito (R\$)	
Base de Cálculo	30.944,16
ICMS	5.260,50
Multa	9.283,24
<b>TOTAL</b>	<b>14.543,74</b>

Não houve impugnação; autuado revel.

No julgamento de 1ª Instância não foi acatada a razão apresentada pelo autuante para declarar inidônea a nota fiscal, isto é, conter preço inferior ao indicado em nota fiscal emitida pela mesma empresa em outra operação com o mesmo produto. Entendeu o ilustre Julgador Singular que a empresa emitente é livre para adotar a política de preços que lhe convier, respeitada a legalidade. Entendeu, ademais, que a nota fiscal em tela atende às exigências da legislação tributária quanto aos requisitos fundamentais de validade e eficácia. Ao final julgou IMPROCEDENTE a acusação fiscal.

E por ter decidido contrariamente ao interesse da fazenda pública, remeteu o processo ao Conselho de Recursos Tributários para o reexame obrigatório da decisão, como determinam os artigos 65 e 66 do Dec. 25.468/99.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

O Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado, foi no sentido de manter a decisão ABSOLUTÓRIA proferida em 1ª Instância.

Eis o breve relatório. AFL.

## 02 – VOTO DO RELATOR

Trata-se de **recurso oficial** interposto em face de decisão ABSOLUTÓRIA proferida na Instância Singular. O recurso preenche as condições de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

Como visto o Auto de Infração em exame foi lavrado sob a acusação de que a empresa autuada transportava mercadorias acobertadas por documento fiscal reputado como inidôneo, em razão de, supostamente, conter declarações inexatas quanto ao valor dos produtos transportados. Alega o fiscal autuante que o preço do produto constante na nota fiscal nº 012131 (fl. 04), objeto da autuação, divergia acentuadamente do preço que constava em outra nota fiscal (fl. 05) emitida pela autuada naquela mesma data, porém, para destinatário diverso.

Procedidas vistas dos presentes fôlios processuais, é de se reconhecer que há, realmente, uma diferença considerável entre o preço do produto – **Tecido 100% Raion Viscose** – constante na nota fiscal que foi objeto do Auto de Infração, e aquele indicado na nota fiscal à fl. 05, usada para fins de comparação.

Todavia, a meu sentir, esse fato, por si só, não é capaz de comprometer a validade jurídica da nota fiscal em questão, vez que não corresponde a nenhuma das situações previstas no Art. 131 do RICMS-CE como hipóteses de inidoneidade do documento fiscal.

O simples fato de o documento fiscal apresentar preço divergente daquele que a empresa praticou em outra operação não é motivo suficiente para caracterizar a hipótese que o legislador denominou de “**declarações inexatas**”, no inciso III do artigo 131 do RICMS/CE. Para que tal hipótese se materialize é necessário que se prove concretamente que algum aspecto essencial de determinada operação não corresponde ao que dela se descreve na nota fiscal correspondente.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIO  
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

Implica dizer que a expressão "**declarações inexatas**" diz respeito a uma divergência essencial entre a operação tal como ocorreu, e a sua descrição formal no documento fiscal pertinente. Trata-se, portanto, de uma relação intrínseca e direta entre o fato real ocorrido (a operação) e a descrição formal desse mesmo fato (a nota fiscal).

Assim, para que restasse efetivamente configurada a infração apontada na inicial, era imprescindível a comprovação cabal e extrema de dúvida de que o valor real do negócio jurídico realizado entre o remetente e o destinatário das mercadorias em questão não fora aquele consignado no corpo da nota fiscal nº 012131 (fl. 04), fato esse que o ilustre auditor não logrou demonstrar.

Ademais, várias são as explicações possíveis para a divergência de preços constatada, sem que isso implique, necessariamente, na prática de qualquer ilícito fiscal. Não pode ser descartada, inclusive, a hipótese de que a outra nota fiscal considerada como parâmetro de comparação, esta, sim, é que não corresponda à verdade dos fatos.

Assim, não obstante o nosso reconhecimento ao zelo característico da fiscalização do trânsito de mercadorias, devo discordar da acusação fiscal em tela, porquanto, a meu sentir, a declaração de inidoneidade do documento fiscal em pauta não encontra respaldo na legislação tributária.

Diante das razões expendidas concluo que o presente Recurso Oficial não deve prosperar, haja vista que a decisão proferida pelo ilustre Julgador de 1ª Instância não comporta nenhum reparo.

**Ex positis, VOTO** no sentido de conhecer do Recurso Oficial, para, no entanto, lhe negar provimento, a fim de manter a decisão proferida na Instância Singular, pela **IMPROCEDÊNCIA** da acusação fiscal.

É como voto. AFL.

### 03 - DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é Recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e Recorrido **BOMFIM CARGAS E ENCOMENDAS**. **Decisão:** "A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos



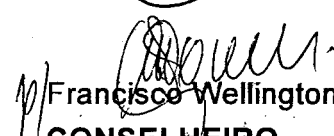
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
Conselho de Recursos Tributários - 2ª Câmara de Julgamento

Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Oficial, negar-lhe provimento, para **confirmar a decisão absolutória** proferida em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.”

**SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE REC. TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 25 de Setembro de 2013.

  
Alfredo Rogério Gomes de Brito  
**PRESIDENTE DA CÂMARA**

  
Lúcia de Fátima Calou de Araújo  
**CONSELHEIRA**

  
Francisco Wellington Ávila Pereira  
**CONSELHEIRO**

  
Valter Barbalho Lima  
**CONSELHEIRO**

  
Abílio Francisco de Lima  
**CONSELHEIRO RELATOR**

  
Ubiratan Ferreira de Andrade  
**PROCURADOR DO ESTADO**

  
Antônio Luiz do Nascimento Neto  
**CONSELHEIRO**

  
Filipe Pinho da Costa Leitão  
**CONSELHEIRO**

  
Agatha Louise Borges Macedo  
**CONSELHEIRO**

  
Samuel Aragão Silva  
**CONSELHEIRO**